



## CD-ROM como apoio na pesquisa sobre a identidade e a história institucional

### CD-ROM as a support for research about the identity and history of educational institutions

Flávia Obino Corrêa Werle  
flaviaw@unisinos.br

---

**Resumo:** Discute-se aqui a digitalização e organização em CD-ROM de documentos utilizados para reconstruir a história de instituições escolares bem como a digitalização como um meio de disponibilizar informações sobre a instituição para vários públicos e como uma estratégia de "preservação" e amplificação das possibilidades de consulta documental. Aborda-se a digitalização como uma (re)apresentação e produção de um documento diferente do original; a característica de congelamento, desfiguração e flexibilidade que a digitalização imprime ao documento. Trata-se o CD-ROM como subsídio para a reescrita da história institucional, como um banco de dados, um espaço para armazenamento, organização e hierarquização de documentos relacionados à história institucional. Um banco de dados, pela digitalização de documentos relacionados à história institucional, é potencialmente impregnado de significados acerca da história institucional, devido à possibilidade de pôr em ordem "documentos", "documentação", "sínteses de documentos", impressos, recortes de jornais e comentários. Enfoca-se o reconhecimento da diferenciação entre arquivos, museus escolares e bancos de dados digitais. Caracteriza-se um CD-ROM de documentos sobre a história institucional como um recurso que pode ser adotado para a disseminação de uma cultura de preservação documental, uma base para a memória social e o apoio para a reavaliação e realimentação da identidade institucional, favorecendo novas visões e reconceitualizações sobre a história institucional.

**Palavras-chave:** história institucional, banco de dados, digitalização de documentos.

**Abstract:** Through the analysis of the adopted methodology, we situate a research carried out at high schools, which present between 130 and 97 years of creation, discussing the characteristics of found documents and strategies of digitalization and organization of documents in CD-ROM. We discuss the digitalization as a way of disponibilization of information about the institutional history, and as a strategy of "preservation" and amplification of the possibilities of documental consultation. Digitalization is also discussed as a (re)presentation and production of a document different from the original; the characteristic of freezing, disfiguration and manageability, which digitalization impresses on the document. We treat the CD-ROM as subsidy for the rewriting of the institutional history, as a Data Bank, a space for storing, organization and hierarchization of documents related to the institutional history, presenting a theory about the institutional history, its nature and functions. A Data Bank, by digitizing documents related to the institutional history, is potentially a porter of symbolizations and attributes meanings to the institutional history, by putting into order "documents", "documentation", "syntheses of documents", printed, clippings of newspapers and comments. The recognition of the differentiation between archives, scholar museums and digital Data Banks is focused. A CD-ROM of documents about the institutional history is characterized as a resource that can be adopted for the dissemination of a culture of documental preservation, being also a basis for the social memory and the support for the reevaluation and feedback of the institutional identity, favoring new views and reconceptualizations about the institutional history.

**Key words:** institutional history, data base, digitizing of documents.

---

## Banco de dados digital e documentação de instituições escolares

Roberto DaMatta, ao discutir a forma como nos referimos à “nossa casa”, destaca a importância das operações de contraste e oposição com outros domínios e espaços: “o espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com a outra unidade que surge como foco de oposição ou de contraste, [seja a rua, seja a cidade, o país] [...] Tudo [...] depende do outro termo que está sendo implícita ou explicitamente contrastado” (DaMatta, 1987, p. 16). Acentua que estas operações, junto com uma outra operação lógica – o englobamento, “na qual um elemento é capaz de totalizar o outro em certas situações específicas” (DaMatta, 1987, p. 17) –, permitem variações, combinações, segmentações na discussão do fenômeno em estudo. No estudo das instituições educativas, estes planos de segmentação e de englobamento parecem também estar presentes.

A história das instituições escolares é um objeto científico construído a partir de relações teóricas compreensivas sobre a escola, suas inter-relações a com entidade mantenedora, com as demais escolas, com a cidade e com instâncias do sistema educativo, sobre os processos de gestão e base material nela empreendidos, bem como acerca de relações sociais, das práticas pedagógicas e das representações de seus atores. É uma história apresentada através de sínteses, interpretações e processos de análise renovadamente articulados que produzem uma pluralidade de visões acerca da instituição. É uma história que traz sempre a possibilidade de retomada interrogante do passado, dos sentidos que lhe foram e que podem ser atribuídos, é uma narrativa aberta à apresentação de novas dimensões de processos de gestão, de ações e de novas faces da identidade da instituição. É uma história que

se apresenta em um texto produzido a partir da abordagem de arquivos e de memórias, cujo vetor epistemológico interrogante e problematizador emerge do pesquisador que dialoga com e a partir da teoria e de documentos e fontes diversas. Os textos que produzem abordagens da história de instituições constituem-se como enunciação de identidade da escola, como versões da história institucional (Werle, 2004) as quais podem ser produzidas por pesquisadores bem como pelos diferentes atores da instituição – alunos, professores, administradores – e outros públicos.

Assim, o pesquisador, no esforço de fazer de uma instituição escolar um objeto epistêmico, pela explicitação do conjunto de relações e pela adoção de um enfoque de discussão – “a pluralidade das leituras doravante possíveis causa incômodos nem sempre confessados” (Nóvoa, 1998, p. 43) –, apresenta-a sob um determinado aspecto e, assim fazendo, depara-se com um nível de tensão, qual seja o que se equilibra e debate entre a totalização e uma visão interpretativa parcelar.

Construir um objeto de reflexão implica delimitar unidades de concepção pelas quais se evidenciam relações entre fenômenos os quais, sob outro recorte, não teriam visibilidade. Assim, a instituição como objeto científico de estudo historiográfico, de práticas pedagógicas e de gestão, é um sistema de relações expressamente construído que ora é registrado pelo fragmento e focalização de aspectos específicos da vida escolar, ora é referido numa perspectiva de integração – que não significa de consenso – com ênfase na contextualização e visão global. A expressão, na forma de englobamento e/ou fragmentação, deste conjunto de relações decorre, especialmente, do quadro teórico adotado, bem como do tensionamento e dinâmica dos diferentes momentos históricos e da maior ou menor disponibilidade de fontes. Ou

seja, entendendo que um objeto científico é um sistema de relações intencionalmente construído, e que a história das instituições escolares é igualmente um objeto construído, acentuamos, juntamente com Mogarro (2005), que para tanto é necessário cruzar as informações de diferentes tipos de documentos, estabelecendo um diálogo de complementaridade e articulação entre variadas fontes de informação.

Um objeto de investigação, por mais parcial e parcelar que seja, não pode ser definido e construído senão em função de uma problemática teórica que permita submeter a um sistemático exame todos os aspectos da realidade postos em relação pelos problemas que lhe são colocados (Bourdieu, 1990, p. 54).

Muitos níveis de análise, planos de segmentação e de englobamento podem, portanto, ser adotados na abordagem histórica das instituições escolares. Depoimentos e memórias de atores em diferentes momentos históricos possibilitam explicar o percurso da instituição na “perspectiva experiencial que situa os indivíduos no centro da história sociocultural” (Nóvoa, 1998, p. 46). É sempre possível que novas produções, criativas leituras e releituras de acontecimentos institucionais sejam construídas, de forma que, ao serem contrastadas com as políticas da época, com processos históricos anteriores ou posteriores, produzem diferentes abordagens ou planos de segmentação da instituição e dos acontecimentos que a cercaram e constituíram. Documentos produzidos por atores da escola planejando caminhos, definindo objetivos e metas podem ser analisados em combinação com dados de procura, matrícula, aprovação, permitindo uma visão mais ampla da instituição em seus projetos e realizações. Índícios de acontecimentos registrados em documentos produzidos na

instituição podem dar a ver um segmento da história institucional. É possível também focar os diferentes arranjos estruturais que ocorreram ao longo do tempo, analisando comparativamente o olhar de personagens externos ou de atores institucionais; analisar a base material em diferentes momentos e fases de ampliação e de remodelação pelas quais o prédio passou; discutir a história das instituições a partir da memória dos alunos que nela se formaram ou a partir dos alunos que em determinado momento foram dela excluídos; considerar a cultura escolar decorrente de propostas de currículo e de programas de ensino, as festas, comemorações e os ritos de admissão e titulação captados em fotos, convites e reportagens de jornais da época. Todos estes são elementos constitutivos da história das instituições escolares que explicitam suas diversas faces e que, a partir de variadas perspectivas de análise, podem produzir narrativas de diferentes níveis, comparáveis aos planos de segmentação e de englobamento referidos por Da Matta. Cada enfoque é uma tentativa de expressão da história da instituição e, ao mesmo tempo, cada um apresenta um plano de segmentação acerca da mesma, uma versão.

É com esta compreensão da história das instituições escolares, e que sua construção se dá no tensionamento de níveis de segmentação e de englobamento, que refletimos sobre as tecnologias digitais como alternativa de preservação de documentos e ampliação das possibilidades de revisitação das marcas da vida institucional. Dentro desta perspectiva de história de instituições escolares, as tecnologias digitais podem ser evocadas para instituir uma outra forma de manter os documentos, ampliando as possibilidades de revisitação, reescrita e reinvenção da história institucional. Este texto discute as possibilidades e limites do arma-

zenamento em um CD-ROM de documentos de instituições escolares transpostos para a forma digital e as interveniências desta tecnologia na renovação e na multiplicação de possibilidades de disseminação da história institucional.

### Arquivos e preservação documental

Os arquivos guardam a memória social, resquícios de comportamentos individuais, de realizações coletivas e institucionais. Os arquivos institucionais são constituídos e desenvolvidos seguindo o ritmo dos acontecimentos históricos e o funcionamento das instituições, sejam elas eclesásticas, civis, militares ou educativas.

Para Romero (2004, p. 12ss.), a prática de arquivamento exige decisões quanto a instalações, conservação, descarte, volume de material, acesso e, no momento atual, transposição para suportes alternativos.

As ações de conservação envolvem decisões acerca da estrutura, localização, distribuição, depósito, segurança e mobiliário necessário para o arquivamento e guarda de documentos. Quanto à sua instalação interessa a organização, a estrutura física do fundo documental, a tipologia material e o suporte dos documentos, bem como o provimento, não apenas de instalações, mas de ações que visem identificar os materiais arquivados objetivando seu fácil acesso. É o valor das informações contidas nos documentos que definirá sua conservação ou descarte. Por outro lado, há que controlar ingressos e transferências de documentos, bem como a sanidade dos mesmos, mantendo-os preservados, afastados de umidade, livres de insetos e, se necessário, provendo sua restauração. Importante destacar que, para este autor, a conservação documental no século XXI é, fundamentalmente, preservação, o que incide nos procedimentos e tec-

nologias a serem utilizados. Ressalta que a salvaguarda de documentos envolve a possibilidade de transpô-los para suportes alternativos com apoio de tecnologias avançadas.

asumida la natural caducidad de los suportes documentales, la conservación de los testimonios escritos pasa necesariamente por su reprografiado en suportes alternativos que garanticen, al menos, que el caudal informativo de los documentos sobrevivirá '*ad futuram rei memoriam*'. En este sentido, la combinación de tecnologías analógicas y digitales permitirá vincular la conservación del documento original y la difusión sin límites de sus contenidos lo que, al fin y al cabo, es la simbiosis perfecta del ejercicio archivístico (Romero, 2004, p. 10-11).

Romero destaca que é importante combinar a conservação de documentos originais com as tecnologias digitais para que as informações contidas nos mesmos tenham sua difusão alargada.

Os arquivos tradicionais implicam uma organização capaz de indicar o local em que cada tipo de documento se situa, onde estão depositados e os módulos, caixas ou pacotes em que se encontram, o que exige um registro de tipo cartográfico do local em que os mesmos estão depositados. Em outras palavras, "todo o documento que no está identificado y localizado no existe, es decir, la localización y la identificación son la principal garantía de conservación" (Romero, 2004, p. 18). Por outro lado, o espaço físico institucional para guarda de documentos é finito, enquanto que, ao contrário, a produção documental é progressiva. Assim, é fundamental o estabelecimento de práticas de eliminação e, se necessário, a substituição dos suportes originais para a salvaguarda da informação institucional relevante.

A reprografía digital aporta [...] al mundo de la conservación considerables beneficios, amén de conectar con

un medio de difusión a escala universal, fácil manejo y ágil consulta, reduce la utilización de originales y la reprografía por medios agresivos (Romero, 2004, p. 20).

Portanto, as novas tecnologias surgem como alternativas de identificação, localização e de conservação de documentos, com a vantagem de maior facilidade de democratização do acesso.

### **Arquivos de escolas**

A fonte documental para empreender a história de instituições escolares encontra-se, primeiramente, nos arquivos dos próprios estabelecimentos de ensino e, em segundo lugar, em arquivos das mantenedoras e dos órgãos da estrutura hierárquica dos sistemas de ensino. Nos estabelecimentos de ensino situam-se fatos relativos à vida dos alunos os quais, escriturados por meio de registros regulares e autênticos, asseguram a sua identificação individual e a recuperação de informações referentes à vida pessoal e profissional, importantes para o avanço na carreira profissional, para a comprovação da formação escolar. Outros dois importantes focos de registro, entretanto, devem ser acrescidos ao da escrituração da vida escolar dos alunos, quais sejam, os da vida dos professores e os do próprio estabelecimento.

A legislação brasileira refere os arquivos escolares como um conjunto ordenado de papéis, guardados com condições de segurança e organização, classificados de modo a facilitar a localização e consulta, que documentam e comprovam os fatos escolares. Entretanto, embora reconhecida a importância destes arquivos, não há nas escolas ações efetivas e continuadas de instalação, conservação e acessibilidade da documentação institucional. Os arqui-

vos das instituições escolares, em geral, não se constituem como um conjunto organizado de documentos produzidos, recebidos e acumulados pelo estabelecimento para futuras consultas.

Ainda que as instituições escolares disponham de uma memória escrita, ela encontra-se dispersa em vários espaços e os arquivos nem sempre têm constituído para as comunidades escolares um referente regular, cuja informação possa ser utilizada em vários momentos da racionalidade educativa e da (re)invenção do cotidiano (Magalhães, 2001, p. 11).

Se utilizássemos as proposições de Romero também para os arquivos de escolas, esses deveriam organizar-se por tipologia de materiais, os documentos deveriam ser indexados para facilitar o seu acesso e deveria ocorrer uma ação consciente de gestão do arquivo, avaliando a nova documentação que deixa de ser ativa para o cotidiano da escola, de modo a incorporá-la no acervo documental, o qual deve ser disposto em móveis e estantes adequadas e localizado para facilitar acesso e consulta. A existência de documentos não significa que tenhamos um arquivo. Um arquivo implica organização, identificação e possibilidade de localização facilitada de documentos.

Atualmente as orientações dos sistemas de ensino quanto aos arquivos escolares se voltam para a preservação de documentos comprobatórios. Esta discussão foi detalhada em Werle (2002) quando revisamos pareceres referentes a normas de escrituração, arquivo, registros e incineração de material escolar. Na década de trinta do século XX, por exemplo, conforme Decreto 24.439 de 21 de junho de 1934, para que os diplomas e certificados de conclusão de curso expedidos pelos estabelecimentos de ensino produzissem efeitos legais, deveriam ser registrados

na Diretoria Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde Pública. Tal registro exigia prévia verificação da regularidade legal da vida escolar dos alunos, com o que as listas de pontos de exames e as provas escritas, consideradas de grande valor, não podiam ser incineradas nem destruídas, exigindo cuidadoso arquivamento e catalogação de parte das escolas. Constatamos que, progressivamente, o tempo de guarda de documentos que atestam ações pedagógicas realizadas ao longo da permanência dos alunos na escola foi sendo reduzido de 60 para 20 anos e depois para 10 anos, sendo a contagem estipulada a partir da titulação dos alunos concluintes. Nos anos noventa foi definitivamente eliminada a exigência de guarda de provas, listas de presença e diários de classe.

Atualmente, no Brasil como em outros países, a

[...] documentação conservada fica reduzida a um mínimo que permita justificarem a qualquer momento a habilitação dos alunos e fazer jus, ainda que de forma redutora, ao cumprimento dos princípios legais sobre funcionamento das instituições educativas. Como se em um qualquer momento uma força social, política ou tão-somente fiscalizadora, pudesse investir pelo interior das escolas, pondo em questão a integridade orgânica e a forma como os responsáveis cumpriram os requisitos legais (básicos) de funcionamento. [...] É por consequência uma lógica de fora para dentro que tem presidido à conservação dos materiais escolares. (Magalhães, 2001, p. 13).

Assim, progressivamente, os arquivos escolares estão sendo reduzidos, eliminados pela incidência de lógicas variadas. A lógica burocrática que valoriza o documento estritamente comprobatório e a lógica modernizante que apaga e desvaloriza as marcas do passado.



## Digitalização e acesso a documentos da história institucional

Pesquisas realizadas em escolas acerca da história institucional<sup>1</sup> têm identificado certas práticas de guarda e armazenamento de documentos institucionais. A documentação escrita, quando preservada, por ser muitas vezes única, sem outras cópias ou exemplares, encontra-se em lugar inacessível ou acessível a poucos dentre os membros da comunidade escolar ou da comunidade externa. Muitas vezes são documentos embrulhados em papel pardo, amarrados com cordão em forma de pacotes e armazenados em armários, ali esquecidos, passando muitos anos sem serem manuseados, ou estão em pastas, documentos encadernados, guardados em locais em geral desconhecidos aos responsáveis e professores daquela instituição. Fotos são encontradas em envelopes, pacotes e muito raramente em álbuns, sem data, sem identificação do evento ou local e das pessoas fotografadas.

Discutindo o papel dos gestores na preservação da história institucional (Werle, 2001, 2004), afirmamos que, por vezes, acontecimentos institucionais registrados em livros, mensagens, relatórios, ofícios, fotos, correm o risco de serem tratados como pertencentes não à instituição mas à pessoa ou pessoas que cuidam dos arquivos, livros e guardados. Esta atitude de posse e exclusividade impossibilita que a história institucional seja revisada e retomada, de diferentes formas e em cada momento histórico, pelos alunos, professores, administradores e pela sociedade local. A comunidade escolar apenas conhece sinopses breves e incansavelmente repetidas da história institucional, sem que possa se acercar dos documentos e registros originais, de forma que muitos possam re-

trabalhar, produzir novas interpretações, se reapropriar e reconhecer a história institucional de diferentes maneiras e em diferentes épocas e em variados níveis de englobamento e segmentação. A posse individual de documentos da instituição como prática, mesmo que mantendo a localização dos documentos no prédio escolar, priva a própria instituição de utilizar sua história como componente inspirador da proposta educativa e restringe as possibilidades de seus atuais colaboradores compreenderem seu desenvolvimento e percurso.

Nas instituições escolares, inexistente a prática de “arranjo” documental, este entendido como um processo racional de organização em fundos, séries ou itens documentais, ou seja, não há práticas de organização de documentos por categorias amplas. Ao contrário, nas escolas encontra-se a tendência de coleção de documentos como um conjunto de materiais sem relação orgânica entre si, aleatoriamente acumulados. Não há índices descritivos desses documentos, permanecendo sob a guarda, humores, boa-vontade de pessoas que por eles zelam ou os ignoram. Ou seja, não havendo uma ação institucional sobre os documentos, o que ocorre é a sua dispersão (Nunes, 1992, p. 43).

Há escolas em que a documentação institucional está acessível a quem justificadamente solicitar, não se verificando um sentido de posse individual. Entretanto, por haver, em geral, exemplares únicos da documentação, e como seu manuseio pode prejudicar a documentação que com o tempo vai ser tornando frágil, desgastada, seu acesso é restrito, mas não embargado. Por outro lado, mesmo em escolas que possuem pouco mais do que “resíduos documentais”, não há práticas de exposições para a comunidade de docu-

mentos históricos da própria escola; poucas têm uma sala de memória ou um museu da história institucional.

No Rio de Janeiro, Ribeiro (1992, p. 48), ao realizar um diagnóstico dos arquivos privados da cidade, relata que encontrou escolas que haviam criado pequenos museus realizando exposições sobre a sua história e dos bairros em que se situavam, mas que não havia a mesma preocupação com os arquivos escolares. Registra que ora a documentação estava dispersa, ora confusamente organizada, misturando-se documentos de registro de pessoal com os de ordem financeira, com os de associações, com os da mantenedora e com registros da vida escolar dos alunos. Não apenas a falta de critério para a organização de arquivos, mas a prevalência dada à preservação de documentos aos quais é atribuído um “valor comprobatório” faz com que muitos fatos institucionais sejam desconsiderados em seu valor e que seja eliminada a documentação a eles referente. Assim, uma concepção formalista de manter evidências confirmadoras de atos da administração superior da instituição prevalece como critério de decisão quanto à preservação e guarda de documentação de instituições escolares.

Nas instituições estudadas durante o desenvolvimento dos projetos de pesquisa referidos, confirmamos as práticas discutidas por Ribeiro, pois, muitas vezes, foram erigidos como documentos passíveis de conservação aqueles ligados à hierarquia do sistema de ensino, não sendo incomum encontrar pastas com pareceres e normas do Conselho Estadual de Educação, do Conselho Federal de Educação e outros organismos da hierarquia dos sistemas e os que a legislação refere como “fatos escolares” mais do que documentos que possam, efetivamente, informar acerca das relações cotidianas, das rupturas dos processos

<sup>1</sup> Refiro-me a projetos de pesquisa submetidos ao CNPq, designados “Escola Complementar: práticas e instituições” e “História de instituições escolares: escolas de formação de professores”.

de formação e de controle específicos àquela instituição. Com isso, muitos elementos são descartados como desprovidos de valor informativo, impossibilitando seu uso para fins científicos, culturais e históricos (Ribeiro, 1992, p. 56).

A pesquisa histórica atual, entretanto, tende a constituir em objetos de estudo elementos relacionais, menos formais, não apenas comprobatórios, superando a valorização restrita a documentos que privilegiavam uma visão hierárquica, de cima ou de feitos políticos acionados por autoridades dos sistemas educativos. Esta tendência exige atenção e cuidado na preservação de documentos e um alargamento deste conceito para além do seu valor de prova da vida escolar dos alunos.

### Digitalização documental e histórica institucional

Entendendo com Negroponte (1995, p. 19-20) que “digitalizar um sinal é extrair dele amostras que, se colhidas a pequenos intervalos, podem ser utilizadas para produzir uma réplica aparentemente perfeita daquele sinal”, temos desenvolvido procedimentos de digitalização de documentos de instituições escolares. Fotografias, imagens, documentos escritos – manuscritos, datilografados, impressos – têm recebido este tratamento com a finalidade de serem disponibilizados, para a comunidade escolar, em suportes tecnologicamente mais avançados.

A digitalização torna o documento acessível a muitas pessoas, pois a escola pode transpô-los em CD-ROM, em seu *site* na internet, em intranet. Por outro lado, o material assim apresentado pode ser utilizado para o desenvolvimento de objetivos formativos junto a alunos<sup>2</sup>, bem

como subsídio para a discussão de novos encaminhamentos para o projeto pedagógico, como forma de compreensão acerca de como os processos institucionais, as políticas e os procedimentos administrativos foram sendo construídos.

As vantagens de digitalização de documentos escolares são muitas, em especial, se acompanhadas de gravação em CD-ROM. O CD-ROM como suporte de documentos institucionais possibilita a multiplicação de cópias, o acesso de diferentes públicos, a visualização e consulta de seu conteúdo em diferentes espaços, a preservação dos documentos originais que não precisam ser mais manuseados diretamente. Portanto, a digitalização de documentos históricos e sua gravação em CD-ROM possibilitam a preservação, a socialização e o acesso a seus conteúdos de forma mais ampliada, saindo dos fardos de papel parvo e do fundo dos armários.

Embora a digitalização seja uma estratégia de “preservação” e ampliação das possibilidades de consulta documental, ela produz um documento diferente do original em sua natureza, pois adquire a natureza de objeto virtual, como diz Minutti, citado por Valente (2005, p. 188). O documento digitalizado que toma a forma de objeto virtual passa a apresentar-se com as características de ser: **congelado**, **desfigurado** e **manuseável**.

O documento originário, quando digitalizado, está “congelado”, pois o tempo continua interferindo, envelhecendo o suporte do documento primitivo, mas não mais atinge da mesma forma o digitalizado. Se houve um momento em que ocorreu uma quase equivalência entre o original e sua digitalização, esse assemelhamento pode ser perdido principalmente devido ao processo irreversível de envelhecimento do documento primitivo cujas cores

esmaecem e o papel amarelece. O documento de papel continua recebendo interferências em seu suporte; é temporalizado, desgastado por um tempo que age sobre a matéria que o constitui, provocando envelhecimento e deterioração. Assim, ele é progressivamente fragilizado, a não ser que ocorra uma ação intencional de recuperação e de preservação. Um documento digitalizado é um outro documento, “desfigurado”.

[...] a forma mais perceptível do tempo como mudança, do trabalho do tempo, está no envelhecimento, resultado das afecções da matéria sob a ação do tempo. É assim que uma tela pintada envelhece, seus pigmentos se alteram. É assim que as cores de uma fotografia irremediavelmente mudarão, especialmente se a foto ficar exposta a uma luz muito intensa. Enfim, não há matéria que possa resistir à corrosão do tempo. Uma vez que toda a imagem existe em algum tipo de suporte, não há intervenção do tempo. Contudo, um certo nível de exceção deve ser aberto para o infografia, pois devido à estocagem numérica e ao caráter imaterial, pura luminescência fugidia, essa imagem não fica mais fisicamente exposta à erosão do tempo (Santaella e Nöth, 1998, p. 82).

Embora o colorido, as manchas do tempo e a caligrafia possam ser retidos no processo de digitalização, há perdas importantes nas características do documento original. Ao digitalizá-lo, perdem-se o odor, a textura, a dimensão, o volume e o peso do documento. A impressão tátil que se obtém pelo manuseio direto do documento não é alcançada quando este é digitalizado. Sua percepção apenas se dá pelo sentido da visão, enquanto que, o documento real, impressiona o tátil e o olfativo, além do visual.

A digitalização torna o documento uma imagem, unificando seu con-

<sup>2</sup> Ribeiro (1992, p. 47-64) apresenta também exemplos e argumentos neste sentido.

teúdo e forma num todo. Digitar o documento, ao contrário, o fragmenta pois, em processador de texto e em outro software, ele pode ser pesquisado em palavras, torna-se decomponível. Digitar o documento preserva seu conteúdo, mas o desfigura profundamente ao deslocar conteúdo e suporte.

O documento, quando digitalizado, adquire uma característica nova: é possível “manuseá-lo”, pode-se interferir nele, pois sua condição digital o mantém permanentemente suscetível a modificações pelos mesmos recursos que a informática oferece. Podem-se ampliar ou reduzir sua luminosidade, suas dimensões, pode-se recortar parte do mesmo, fazendo destaques.

Assim, se a digitalização de documentos pode torná-los acessíveis a um grande número de pessoas, oferecendo condições para revisitação, novas análises e reescritas da história institucional, potencializando recursos da própria instituição no incremento do projeto formativo, também é preciso levar em conta as limitações e características decorrentes desta tecnologia. De qualquer forma, a digitalização é uma estratégia disponível de preservação e ampliação das possibilidades de consulta documental que, ressaltamos, não substitui a guarda e arquivamento de originais.

### **CD-ROM como subsídio para a reescrita da história institucional**

Vários projetos de organização de bancos de dados têm sido ensaiados, envolvendo a transposição de documentos que tradicionalmente são fontes escritas e imagéticas em suporte papel para a forma de objetos virtuais (Valente, 2005; Nunes,

2000; Lombardi, 2000; Amorin, 2000; Vidal e Moraes, s.d.; Stephanou, 2002; Tambara e Arriada, 2004; Pinheiro e Cury, 2004; Miguel e Martin, 2004; Bastos *et al.*, 2004; Vidal, 2000). Inovadora é a experiência do grupo de pesquisa vinculado à Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, que constituiu um Banco de Vozes de diretores, inspetores escolares, ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários de instituições escolares da região (Siqueira, 2005), utilizando também a prática de oferta, aos depoentes, de um CD com a entrevista a partir do qual é dado o consentimento de uso da mesma.

A consulta à documentação de colégios no bojo das pesquisas que temos realizado sobre a história das instituições escolares tem incorporado a intenção de oferecer às escolas e suas mantenedoras os próprios documentos que foram disponibilizados para consulta, agora como objeto virtual, em suporte de CD-ROM. Tais CDs constituem um tipo de banco de dados, ou seja, um “conjunto de registros, não redundantes, homogêneos, ordenados de determinada forma, armazenados em suporte magnético ou óptico, e acessíveis por um computador, que constitui um arquivo para fornecer informação sobre determinado assunto” (Recorder *et al.*, 1995, p. 177). Assim, os CDs tornam-se um novo suporte de documentação institucional, e, por seu intermédio, os documentos ganham nova articulação e hierarquia. A literatura registra o esforço de classificação dos documentos encontrados em instituições escolares o qual é expresso, muitas vezes, na forma de inventários (Magalhães, 2001) e tabelas<sup>3</sup> classificatórias (Mogarro, 2005).

Embora a documentação que consultamos nas escolas pesquisadas

possa servir a vários objetivos, ensaiamos sua classificação, considerando a riqueza dos contextos de produção, ou seja, se foram materiais produzidos pela própria instituição para racionalizar o seu funcionamento ou emitidos por agências a ela externas (Tabela 1).

Quanto ao suporte e forma, deparamo-nos com grande variedade, embora não grande quantidade, incluindo documentos textuais, imagéticos, sonoros e audiovisuais. Entretanto, embora algumas das escolas pesquisadas tenham feito da música um importante espaço formativo e os conjuntos musicais tenham sido uma forma de articulação e de reconhecimento do trabalho da instituição na comunidade, a inexistência de recursos tecnológicos na época impossibilitou a preservação desta forma de manifestação da vida institucional. Foram poucos os documentos sonoros encontrados (Tabela 2).

A forma como os documentos estão organizados em cada CD simboliza e atribui um significado à história institucional e decorre da disponibilidade de documentos. A articulação feita com os documentos digitalizados e gravados num CD-ROM é uma forma de teorização, pois apresenta uma visão da instituição, uma interpretação datada no tempo e no espaço. O processo de construção do CD com documentos escolares digitalizados está prenhe de tensões que o pesquisador precisa ir enfrentando entre segmentação e englobamento, entre como articular documentos de diferentes tempos, de natureza diferenciada, de variados autores e propósitos. O CD-ROM contém uma proposição, com certo nível de sistematização, acerca da história institucional tomada como processo sempre renovável, não ho-

<sup>3</sup> Artigo de Mogarro (2005, p. 84- 85) não apenas classifica os documentos que podem ser encontrados em arquivos escolares, mas sugere possíveis temáticas para investigação que a eles poderão estar associadas. A obra de Justino Magalhães (2001) também apresenta classificação de documentos escolares, demonstrando, ademais, como estabelecimentos de ensino em Portugal preservam rica e diversificada documentação, algumas datadas do século XIX.

mogêneo, nem final. Se professores, funcionários, gestores e a comunidade escolar tomarem contato com o conteúdo do CD, podem utilizá-lo como contraponto e inspiração para propostas pedagógicas e administrativas atuais da instituição escolar.

Trabalhando com diferentes estabelecimentos de ensino, portanto,

compusemos CDs com os materiais preservados e, dentre estes, os disponibilizados ao trabalho de pesquisa. São materiais de diferentes tipos que passaram por um processo de digitalização, rerepresentados como imagem ou como texto digitado, havendo peças documentais selecionadas no acervo da escola em função de sua dispo-

nibilidade e valor informativo frente à possibilidade de (re)compor a história institucional. Entre estas peças há “Documentos”, materiais assim designados por serem portadores de informações orgânicas, originais, elaborados na escola por seus responsáveis e administradores diretos ou, a seu pedido, por membros da comunidade

**Tabela 1.** Tipos de documentos encontrados no acervo dos colégios analisados.

PROCEDÊNCIA	FINALIDADES – CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS
<p><b>Documentos da instituição</b> <i>A instituição gera o documento no exercício de sua atividade</i></p>	<p>Produzidos pela estrutura formal da instituição para estruturar práticas, registrar elementos da vida institucional, encaminhar os objetivos e o trabalho ou como manifestação da ação autônoma do estabelecimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos</li> <li>• Projetos</li> <li>• Cronogramas</li> <li>• Memorandos</li> <li>• Instrução de processos</li> <li>• Atas</li> <li>• Bases curriculares</li> <li>• Relatórios</li> <li>• Fichas de diferente natureza</li> <li>• Crônicas acerca da história institucional</li> <li>• Resumos com principais fatos da vida escolar</li> </ul>
	<p>Produzidos pela estrutura formal da instituição com a finalidade de comunicação com o ambiente externo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resposta a cartas e ofícios</li> <li>• Convites</li> <li>• Editais</li> <li>• Certidões</li> <li>• Atestados</li> </ul>
<p><b>Documentação de fora da instituição</b> <i>Documentação com informações relevantes para a vida institucional, originária de instituições, grupos ou indivíduos externos à escola.</i></p>	<p>Elaborados pela instituição para regular seu funcionamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normas internas</li> <li>• Critérios de decisão</li> <li>• Critérios de avaliação</li> <li>• Regimento</li> </ul>
	<p>Normas gerais, resultado de avaliações externas, contratos do sistema de ensino ou de autoridades governamentais que produzem efeitos e delimitam a ação institucional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação federal ou estadual</li> <li>• Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Conselho Estadual de Educação</li> <li>• Convênios e contratos</li> <li>• Relatórios de inspeção</li> </ul>
	<p>Correspondência variada procedente de outros estabelecimentos de ensino, grupos, empresas, governo ou pessoas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requerimentos</li> <li>• Cartas</li> <li>• Material de divulgação</li> <li>• Telegramas</li> <li>• Ofícios</li> <li>• Atestados</li> <li>• Pedido de informação</li> </ul>
<p><b>Registros pessoais</b></p>	<p>Comunicação escrita de caráter pessoal mesmo que seu autor tenha ocupado algum cargo ou vínculo com a instituição, em geral manuscrita. Em alguns casos esses registros não têm destinatário específico, são apenas textos apreciativos ou descritivos de situações ocorridas no estabelecimento ou a ele relacionadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bilhetes</li> <li>• Cartas</li> <li>• anotações variadas acerca de fatos da vida institucional</li> </ul>
<p><b>Impressos</b> <i>Impressos produzidos fora da instituição, mas referindo-a em seu conteúdo.</i></p>	<p>Notícias de jornais com informações acerca da escola, seus dirigentes, alunos, professores, referências acerca de eventos promovidos pelo estabelecimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• notícias de jornais em forma de recortes</li> <li>• informações da escola publicada em revistas locais</li> </ul>



**Tabela 2.** Natureza dos documentos analisados.

TIPOLOGIA – NATUREZA	FINALIDADES – CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Documentos textuais	A maior parte dos documentos das instituições escolares é textual.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manuscritos</li><li>• Impressos</li><li>• Datilografados</li><li>• Digitados</li><li>• Originais</li><li>• Xerocopiados</li></ul>
Documentos iconográficos e audiovisuais	Neles as imagens apresentam a informação acerca da instituição.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenhos</li><li>• Mapas</li><li>• Fotografias</li><li>• Fitas de vídeo</li><li>• Plantas</li><li>• Croquis</li><li>• Filmes</li><li>• Fitas de áudio</li><li>• Discos</li></ul>

escolar, com a finalidade de gestão administrativa, pedagógica, financeira na instituição. São documentos diretamente vinculados à vida institucional, quer na forma de informações escritas, imagéticas ou sonoras.

Compõe também os CDs “Documentação” entendida no sentido atribuído por Lopes (1996, p. 31), textos e materiais de apoio a atividades administrativas realizadas pela instituição, mas não elaborados na ou pela mesma. Legislação de âmbito estadual referente a cursos oferecidos, cópias de documentos vindos de outros órgãos – federais, estaduais – constituem o que é referido como documentação. São instruções, normas, leis, pareceres, cujo conteúdo traz indícios acerca das relações da instituição com o seu entorno.

Há ainda materiais de biblioteca tais como impressos, recortes de jornais que tematizam a história do colégio em seus momentos marcantes de formatura, festividades, aniversários, comemorações, marcam visitas ilustres e participação da administração do estabelecimento em eventos da localidade.

Imagens foram um outro tipo de documento fartamente encontrado nas escolas pesquisadas. Sabemos que a interpretação de imagens “suscita o problema de sua interligação com a linguagem e, por outro lado, da sua eventual irredutibilidade aos

modelos de comunicação e expressão verbal” (Paulo, 1998), entretanto, além de sua digitalização para inserção no CD, foram necessários alguns procedimentos de “tradução” em palavras, procurando facilitar sua indexação e localização. Melhor dizendo, a multiplicidade de imagens referentes à base material, ritos e eventos das instituições exigiu uma contextualização narrativa das mesmas; por isso, foram elaborados “comentários-síntese” com a finalidade de articular as informações em cada CD objetivando a apresentação minimamente contextualizada dos documentos, documentação e imagens das escolas e seus atores.

A seguir apresentamos a transcrição de alguns trechos da apreciação que uma das escolas da pesquisa fez sobre o CD com documentos de sua história o qual lhe foi oferecido pela equipe da pesquisa por ocasião do fechamento do trabalho na instituição. Formulada pela equipe de direção da escola, esta apreciação refere o impacto do trabalho na escola e a apresentação que dele foi feita em encontro preparatório do início de ano letivo onde estiveram presentes todos os professores do estabelecimento.

Na apreciação do CD-ROM com dados da pesquisa nos impressionamos com a densidade, a organização e o

detalhamento dos dados. A pretensão colocada no início da pesquisa visando construir a identidade institucional e preservar a memória social, na nossa percepção, foi plenamente concretizada na sistematização dos dados. A história do Colégio está resgatada e registrada, contemplando, ao longo do CD, vivências, contextos, encaminhamentos que foram realizados... A forma como foram registrados os dados da pesquisa, permite que qualquer pessoa, independentemente de seus conhecimentos de informática, interaja com o material, através dos recursos de hipertexto, enriquecendo sua leitura com fotos, documentos e esclarecimentos sobre as fontes de pesquisa. [...] Salientamos também como muito significativa a apresentação do CD-ROM feita durante a Jornada de Estudos, possibilitando aos professores da Escola momentos de encantamento e satisfação em fazer parte de uma instituição com uma história tão rica. Agradecemos a indicação e a inclusão da nossa Escola no estudo de caso, oportunizando que retomássemos a trajetória histórica vivenciada, de forma intensa e peculiar, ao longo dos anos de existência do Colégio.

Reiteramos que a digitalização de documentos, mesmo que, sem sombra de dúvidas, não substitua nem se sobreponha aos arquivos e museus escolares, é um recurso que pode ser adotado para a preserva-

ção documental, base para a memória social e apoio para a reavaliação e realimentação da identidade institucional, favorecendo novas miradas e reconceptualizações acerca da história institucional.

Embora simulando a aparência do documento, a digitalização o congela, desfigura, além de apresentá-lo, em dependência do software e recursos associados, desprotegido e passível de interferências externas. Estas restrições, entretanto, não são fortes suficientemente para se sobrepor às vantagens que tal recurso traz – possibilidades de divulgação, transporte e uso diversificado que ganha quando assim tratado.

Talvez a construção de bancos de dados digitais com documentos históricos de estabelecimentos escolares instaure processos de conservação que se coloquem no contrafluxo da legislação que orienta no sentido de minimização progressiva da documentação escolar.

## Referências

- AMORIN, E. 2000. Arquivos, pesquisa e as novas tecnologias. In: L.M. FARIAS FILHO (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias*. Campinas, Autores Associados, p. 89-100.
- BASTOS, E.C.A.C.; STAMATTO, M.I.S.; ARAÚJO, M.M. de e GURGEL, R.D. de F. 2004. *Legislação educacional da província do Rio Grande do Norte (1835-1889)*. Brasília, INEP/SBHE, CD-ROM.
- BOURDIEU, P. 1990. *El oficio de sociólogo: presupuestos epistemológicos*. 13ª ed., México, Siglo Veintiuno, 372 p.
- DA MATTA, R. 1987. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 181 p.
- LOMBARDI, J.C. 2000. A pesquisa em história da educação e o impacto das novas tecnologias. In: L.M. FARIAS FILHO (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias*. Campinas, Autores Associados, p. 123-150.
- LOPES, L.C. 1996. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Rio de Janeiro, UFSCar, 142 p.
- MAGALHÃES, J. 2001. *Roteiro de fontes para a história da educação*. Lisboa, Instituto Inovação Educacional, 194 p.
- MIGUEL, E.B. e MARTIN, S.D. 2004. *Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889*. Brasília, INEP/SBHE, CD-ROM.
- MOGARRO, M.J. 2005. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, **10**:75-100.
- NEGROPONTE, N. 1995. *A vida digital*. São Paulo, Companhia das Letras, 210 p.
- NÓVOA, A. 1998. História da Educação: novos sentidos, velhos problemas. In: J. MAGALHÃES (org.), *Fazer e ensinar história da Educação*, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, 331 p.
- NUNES, C. 1992. O processo de elaboração do uia: metodologia e diagnóstico dos acervos arquivísticos e bibliográficos. In: C. NUNES (coord.), *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*, Brasília, INEP, p. 13-46.
- NUNES, C. 2000. Biblioteca virtual Anísio Teixeira: reflexão sobre a experiência. In: L.M. FARIAS FILHO (org.), *Arquivos, fontes e novas tecnologias*. Campinas, Autores Associados, p. 19-30.
- PAULO, J.C. 1998. Imagens e história da educação: proposta de reflexão teórica metodológica. In: J. MAGALHÃES (org.), *Fazer e ensinar história da educação*, Braga/PT, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, p. 121-146.
- PINHEIRO, A.C.F. e CURY, C.E. 2004. *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. INEP/SBHE, Brasília, CD-ROM.
- RECORDER, M-J; ABADAL, E. e CODINA, L. 1995. *Informação eletrônica e novas tecnologias*. São Paulo, Summus, 187 p.
- RIBEIRO, M.V.T. 1992. Os arquivos das escolas. In: C. NUNES (coord.), *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Brasília, INEP, p. 47-64.
- ROMERO, J.R. 2004. La conservación del patrimonio documental: procedimientos y técnicas. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA, *7, Anales...*, Alcalá de Henares, p. 7-30.
- SANTAELLA, L. e NÖTH, W. 1998. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo, Iluminuras, 222 p.
- SIQUEIRA, E.M. 2005. Reconstituindo arquivos escolares: a experiência do GEM/MT. *Revista Brasileira de História da Educação*, **10**:121-153.
- STEPHANOU, M. 2002. Banco de dados em história da educação: o meio digital e a pesquisa em hipertexto. *História da Educação*, *ASPHE*, **11**:65-76.
- TAMBARA, E. e ARRIADA, E. 2004. *Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Brasília, INEP/SBHE, CD-ROM.
- VALENTE, W.R. 2005. Arquivos escolares virtuais: considerações sobre uma prática de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*, **10**:175-192.
- VIDAL, D.G. 2000. *Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930: Arquivo Fernando de Azevedo*. São Paulo, USP/Instituto de Estudos Brasileiros, CD-ROM.
- VIDAL, D.G. e MORAES, C.S.V. de. s.d. *Escola de Aplicação: o arquivo da escola e a memória escolar*. São Paulo, USP/Fapesp, CD-ROM.
- WERLE, F.O.C. 2002. Documentos escolares: impactos das novas tecnologias. *História da Educação*, *ASPHE*, **11**(6):77-96.
- WERLE, F.O.C. 2004. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. *Cadernos de História da Educação*, **3**:109-119.
- WERLE, F. O. C. 2001. Identidade institucional: papel dos gestores na preservação da história institucional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - ASPHE, **7**, Pelotas, CD-ROM.
- WERLE, F.O.C. 2000. As novas tecnologias e a pesquisa em história da educação. In: L.M. FARIAS FILHO (org.), *Arquivos, fontes e novas tecnologias*. Campinas, Autores Associados, p. 45-62.

Submetido em: 24/03/2007

Aceito em: 06/06/2007

Flávia Obino Werle  
Programa de Pós-graduação em  
Educação, UNISINOS  
Av. Unisinos, 950, 93022-000 São  
Leopoldo RS, Brasil